



CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

ASSESSOR JURÍDICO

PROCURADOR GERAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

O fator sorte

As pessoas mais inclinadas a buscar significados nos acontecimentos tendem de fato a encontrá-los, ainda que, para isso, tenham de subestimar as leis da probabilidade, no intuito de encontrar um maior número de “coincidências”, que atribuem à sorte.

Há alguns anos, o físico Richard A. J. Matthews estudou as chamadas leis de Murphy, a irônica suma do pessimismo resumida na máxima “se alguma coisa pode dar errado, dará”. Matthews investigou, em particular, por que uma fatia de pão com manteiga cai geralmente com o lado da manteiga para baixo. A prevalência da “falta de sorte” foi confirmada por um estudo experimental, patrocinado por um fabricante de manteiga: o aparente azar deve-se simplesmente à relação física entre as dimensões da fatia e a altura em que estava colocada.

São também explicáveis outros tipos de infortúnio, como o fato de que, quando duas meias soltas são retiradas da gaveta, geralmente elas não são do mesmo par. Além disso, tendemos a dar mais atenção a fatos rotineiros que nos frustram (como perder o ônibus por chegarmos ao ponto com segundos de atraso), em vez de contabilizar o grande número de ocasiões em que não tivemos contratempos. Essa atitude contribui para reforçar nossos preconceitos e nos fazer ignorar as leis da probabilidade.

O psicólogo Richard Wiseman, professor da Universidade de Hertfordshire, na Inglaterra, também conduziu um estudo interessante sobre os mecanismos relacionados à sorte. O projeto, financiado por várias instituições, entre as quais a Associação Britânica para o Avanço da Ciência, gerou um manual chamado “O fator sorte”, traduzido em mais de 20 idiomas.

Ele publicou um anúncio no jornal solicitando que pessoas particularmente sortudas ou azaradas entrassem em contato com ele para que seus comportamentos fossem analisados. Descobriu que cerca de 9% desses indivíduos podiam ser considerados azarados e 12% favorecidos pela sorte. Todos os outros entravam na média.

Wiseman deu aos participantes um jornal, solicitando que contassem as fotos impressas e prometendo um prêmio aos que o fizessem corretamente. Ora, o número solicitado estava gravado de forma evidente sobre uma das páginas, algo que muitos “azarados” não perceberam, pois estavam concentrados demais na tarefa.

A análise experimental dos traços de personalidade que distinguiam sortudos e azarados permitiu concluir que esses últimos são mais tensos e concentrados, ao passo que os sortudos tendem a considerar as coisas de forma mais relaxada, mas sem perder de vista o contexto geral. Assim, se considerarmos os dados coletados, ter sorte pode significar, pelo menos em parte, saber fazer boas escolhas e perceber as ocasiões mais vantajosas para si mesmo.

(Gláucia Leal. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/pensar-psi/o-fator-sorte>. Adaptado)

01. Na opinião da autora,
 - (A) as situações de azar são mais frequentes para quem atua com displicência.
 - (B) os casos de boa ou má sorte devem ser interpretados como predestinação.
 - (C) a sorte relaciona-se à maneira de atribuir sentido e de reagir aos eventos.
 - (D) as pessoas consideradas sortudas são mais supersticiosas que as azaradas.
 - (E) o sortudo é aquele que realiza suas atividades com mais zelo e disposição.
02. De acordo com o texto, as leis da probabilidade podem ser usadas para
 - (A) mostrar que inexistem explicações para os infortúnios.
 - (B) ratificar que a sorte é capaz de alterar as leis da física.
 - (C) confirmar a ideia de que os acontecimentos são regidos pela imprevisibilidade.
 - (D) justificar a interpretação de que os fatos são fruto da sorte.
 - (E) questionar aquilo que muitos consideram ação da sorte.
03. Assinale a alternativa em que os trechos entre colchetes estabelecem, entre si, uma relação de consequência e causa, respectivamente.
 - (A) [por que uma fatia de pão com manteiga] [cai geralmente com o lado da manteiga para baixo]
 - (B) [quando duas meias soltas são retiradas da gaveta] [geralmente elas não são do mesmo par]
 - (C) [perder o ônibus] [por chegarmos ao ponto com segundos de atraso]
 - (D) [tendemos a dar mais atenção] [a fatos rotineiros que nos frustram]
 - (E) [análise experimental dos traços de personalidade] [que distinguiam sortudos e azarados]
04. Assinale a alternativa que apresenta um sinônimo para o termo em destaque na frase a seguir.

Essa atitude contribui para **reforçar** nossos preconceitos e nos fazer ignorar as leis da probabilidade. (3º parágrafo)

 - (A) objetar
 - (B) corroborar
 - (C) concernir
 - (D) refutar
 - (E) inquirir

05. Ele publicou um anúncio no jornal solicitando que pessoas particularmente sortudas ou azaradas entrassem em contato com ele **para** que seus comportamentos fossem analisados. (5º parágrafo)

O termo destacado nessa passagem do texto expressa ideia de

- (A) proporção.
- (B) finalidade.
- (C) concessão.
- (D) conformidade.
- (E) conclusão.

06. O trecho do texto que se mantém correto e com a mensagem inalterada após o acréscimo da pontuação está em:

(A) As pessoas mais inclinadas a buscar significados nos acontecimentos tendem de fato a encontrá-los... (1º parágrafo)

As pessoas, mais inclinadas a buscar significados nos acontecimentos, tendem de fato, a encontrá-los...

(B) ... tendemos a dar mais atenção a fatos rotineiros que nos frustram... (3º parágrafo)

... tendemos a dar mais atenção, a fatos rotineiros, que nos frustram...

(C) ... ter sorte pode significar, pelo menos em parte, saber fazer boas escolhas e perceber as ocasiões mais vantajosas para si mesmo. (7º parágrafo)

... ter sorte pode significar, pelo menos em parte, saber fazer boas escolhas e perceber, as ocasiões, mais vantajosas para si mesmo.

(D) ... por que uma fatia de pão com manteiga cai geralmente com o lado da manteiga para baixo. (2º parágrafo)

... por que uma fatia de pão com manteiga cai, geralmente, com o lado da manteiga para baixo.

(E) ... o número solicitado estava gravado de forma evidente sobre uma das páginas, algo que muitos “azarados” não perceberam... (6º parágrafo)

... o número solicitado, estava gravado de forma evidente sobre uma das páginas, algo que muitos, “azarados”, não perceberam...

07. A frase cujas formas verbais estão em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa é:

(A) Os candidatos que se comprometeram com a pesquisa, de um modo geral, não eram nem sortudos nem azarados.

(B) A quantidade das fotos que comporam o experimento não se mostrou tão relevante para o resultado do estudo.

(C) Alguns candidatos não se ateram ao número das fotos que estava grafado em uma das páginas do jornal.

(D) Muitos voluntários se dispuseram a participar da pesquisa, empenhando-se em cumprir suas tarefas.

(E) Vários participantes se manteram concentrados nas fotos do jornal, ignorando um dado importante.

08. O acento indicativo de crase está empregado corretamente na frase:

(A) A autora faz referência à contribuição de alguns estudiosos para o entendimento do que seja a sorte.

(B) A autora atribui a sorte de algumas pessoas à uma tendência para buscar significados nos acontecimentos.

(C) A autora faz uma crítica à algumas pessoas que consideram os fatos corriqueiros como fruto de sorte ou azar.

(D) A autora recorre à pesquisas práticas para construir sua argumentação acerca da relação do homem com a sorte.

(E) A autora recusa-se à crer que todos os fatos rotineiros que nos frustram sejam simples reflexos da sorte.

09. Considerando a norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

As contratações públicas sustentáveis são aquelas em que _____ as aquisições de bens com especificações ou critérios mais sustentáveis ou eficientes, como o caso dos condicionadores de ar classe A. Para os casos de sistemas de ar condicionado mais eficientes, já _____ critérios que podem ser adotados para torná-los mais _____ .

(Disponível em: www.comprasgovernamentais.gov.br. Adaptado)

(A) se prioriza ... existe ... sustentáveis

(B) se priorizam ... existem ... sustentável

(C) é priorizado ... existem ... sustentável

(D) são priorizadas ... existe ... sustentáveis

(E) são priorizadas ... existem ... sustentáveis

10. Assinale a alternativa que completa corretamente a frase seguinte, no que se refere ao emprego dos pronomes.

Prezados colaboradores, caso tenham sugestões para aprimorarmos nossos serviços, favor

(A) encaminhá-las à diretoria, que se encarregará de analisá-las.

(B) encaminhá-las à diretoria, que encarregar-se-á de analisar-lhes.

(C) encaminhar-lhes à diretoria, que se encarregará de analisá-las.

(D) encaminhar-lhes à diretoria, que se encarregará de analisar-lhes.

(E) encaminhar-lhes à diretoria, que encarregar-se-á de analisá-las.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A Constituição Federal estabelece que não poderá ser objeto de lei delegada, entre outras matérias, a legislação sobre
- (A) direito civil e político.
 - (B) direito processual e penitenciário.
 - (C) organização do Poder Judiciário e direito financeiro.
 - (D) direito do trabalho e direito econômico.
 - (E) direitos individuais e eleitorais.
12. No tocante ao processo legislativo, as normas constitucionais preveem que
- (A) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (B) são de iniciativa privativa do Presidente da República, dentre outras, as leis que disponham sobre servidores públicos da União, Estados, Municípios e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
 - (C) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, no prazo de até sessenta dias, ao Congresso Nacional.
 - (D) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de um terço dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (E) se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto.
13. A Constituição da República atribui a competência para conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, ao
- (A) Governador do Estado.
 - (B) Presidente da República.
 - (C) Congresso Nacional.
 - (D) Procurador-Geral da República.
 - (E) juiz criminal.
14. Considerando o disposto no Texto Constitucional a respeito dos direitos e garantias individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.
- (A) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de prisão, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) É a todos assegurado, mediante o pagamento das respectivas taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
 - (C) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corpus* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (D) O partido político sem representação no Congresso Nacional e a organização sindical, entidade de classe ou associação em funcionamento há menos de um ano não poderão impetrar o mandado de segurança coletivo.
 - (E) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
15. A pertinência temática para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é exigida, por exemplo, para
- (A) Governador de Estado, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederação sindical.
 - (B) Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal.
 - (C) Mesa de Assembléia Legislativa, confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional.
 - (D) Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados e Mesa de Assembléia Legislativa.
 - (E) Presidente da República, Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

16. Este princípio, ao reduzir a expressão semiológica do ato impugnado a um único sentido interpretativo, garante, a partir de sua concreta incidência, a integridade do ato do Poder Público no sistema do direito positivo. Essa função conservadora da norma permite que se realize, sem redução do texto, o controle de sua constitucionalidade. (STF)
- O conceito apresentado diz respeito a um princípio de interpretação constitucional denominado de Princípio da
- (A) Unidade.
- (B) Interpretação Conforme a Constituição.
- (C) Supremacia da Constituição.
- (D) Concordância Prática.
- (E) Harmonização.
17. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos políticos previstos na Carta Magna brasileira.
- (A) Não podem se alistar como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- (B) A idade de trinta e cinco anos é uma das condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
- (C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (D) São inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os militares.
- (E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
18. Assinale a alternativa que contempla o dispositivo constitucional que diz respeito ao princípio orçamentário da programação.
- (A) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (B) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (C) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (D) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (E) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
19. Ressalvados os casos previstos na própria Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado
- (A) não será permitida.
- (B) será permitida exclusivamente às empresas públicas da União.
- (C) só será permitida às empresas públicas e às sociedades de economia mista em assuntos estratégicos para o desenvolvimento do país.
- (D) só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (E) será permitida desde que as empresas públicas autorizadas a fazê-lo não recebam investimentos estrangeiros.

20. A respeito da política urbana prevista na Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (C) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil eleitores, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (D) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica do Município.
- (E) é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano ou rural não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

21. Unidade da Prefeitura Municipal de Caieiras realiza licitação e contrata empresa privada para a prestação de determinado serviço. Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo verifica que o pagamento realizado à empresa contratada foi 40% (quarenta por cento) maior do que o devido, considerando a despesa ilegal. Como consequência de tal constatação em controle externo, poderá o Tribunal de Contas

- (A) determinar ao Prefeito Municipal que afaste, de imediato, os responsáveis de suas funções, enquanto o Tribunal de Contas realiza o processo disciplinar.
- (B) aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (C) informar a Câmara Municipal, para que delibere a respeito, juntamente com as informações anuais prestadas sobre a fiscalização orçamentária, contábil e financeira.
- (D) encaminhar as informações, em forma de denúncia, para que a Câmara Municipal apure a responsabilidade dos servidores municipais que deram causa à irregularidade.
- (E) rejeitar as contas do Prefeito Municipal, encaminhando as informações ao Ministério Público Estadual, para propositura de ação de improbidade contra o Prefeito Municipal.

22. A Administração não pode descumprir as normas e condições previstas no edital de uma licitação, estando estritamente vinculada a ele. Essa afirmação corresponde a um dos princípios que regem as licitações, a saber, o princípio

- (A) da vinculação ao instrumento convocatório.
- (B) do julgamento objetivo.
- (C) da adjudicação compulsória.
- (D) da impessoalidade.
- (E) da legalidade.

- 23.** Considerando que, no âmbito dos contratos firmados com a Administração, deve prevalecer a supremacia do interesse público, admite(m)-se, como cláusula exorbitante,
- (A) a faculdade de exigir garantia nos contratos de obras, serviços e compras, cuja modalidade será escolhida pela Administração Pública contratante, dentre aquelas previstas em lei.
 - (B) a modificação dos contratos pela Administração Pública, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
 - (C) a rescisão unilateral por inadimplemento, por culpa comprovada do contratado ou da Administração Pública, que derem causa ao cumprimento irregular das cláusulas contratuais.
 - (D) o acompanhamento e a fiscalização por um representante da Administração, servidor público especialmente designado, que não poderá ser terceiro contratado.
 - (E) a aplicação da exceção de contrato não cumprido, pelo contratado que poderá interromper a execução dos serviços se a Administração Pública contratante restar inadimplente.
- 24.** Duas vezes por semana, o Procurador Geral da Câmara Municipal de Caieiras realiza curso de pós-graduação em direito, que ocorre em instituição de ensino superior localizada no Município de São Paulo. Para seu deslocamento, que atinge mais de 500 quilômetros por mês, utiliza-se de motorista que é servidor efetivo da Câmara Municipal, bem como de veículo pertencente ao Legislativo Municipal, devidamente abastecido com recursos públicos. A conduta do Procurador Geral é
- (A) ilícita, pois é ato de improbidade perceber vantagem econômica direta ou indireta em decorrência do regular exercício de suas atribuições, pelo uso do veículo somente, pois o Procurador Geral pode exigir do motorista a prestação de serviço.
 - (B) lícita, pois somente são atos de improbidade as condutas que causem prejuízo ao erário e, no caso em tela, independentemente do uso pelo Procurador Geral, o veículo já é bem público e o servidor integrante dos quadros da Câmara Municipal.
 - (C) ilícita, já que a conduta do Procurador Geral reúne os três requisitos cumulativos para a caracterização do ato de improbidade: enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação de princípios da Administração Pública.
 - (D) lícita, pois os atos de improbidade administrativa não alcançam o benefício indireto decorrente de utilização de bens e/ou do trabalho de servidores públicos, não havendo, nesse caso, enriquecimento ilícito.
 - (E) ilícita, pois é ato de improbidade administrativa usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial do Município, bem como utilizar, em serviço particular, o trabalho de servidor público.
- 25.** Assinale a alternativa que corretamente discorra sobre aspectos da Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).
- (A) A Câmara Municipal de Caieiras não se submete à Lei de Acesso à Informação, pois a Lei Federal nº 12.527/11 somente é aplicável aos órgãos do Poder Executivo de todos os níveis da Federação.
 - (B) Não são passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
 - (C) A Lei de Acesso à Informação tem como diretrizes, entre outras, a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, bem como a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
 - (D) O acesso a informações públicas será assegurado mediante gestão transparente da informação, não sendo, no entanto, necessária a criação de serviço específico de informações ao cidadão.
 - (E) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível; não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá atendê-lo no prazo de 30 (trinta) dias.
- 26.** A Lei Municipal nº 2.418/94, que disciplina o regime jurídico dos funcionários públicos do Município de Caieiras, prevê, a respeito da posse, que
- (A) essa deverá ser realizada pessoalmente, em trinta dias a contar da nomeação, não podendo ser efetivada por procuração outorgada a terceiro, ainda que com poderes especiais.
 - (B) será lavrado termo em documento próprio, do qual constará, obrigatoriamente, para todos os funcionários, o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo e os constantes de lei, além de ciência obrigatória do teor do Código de Ética Municipal.
 - (C) se ausentes requisitos exigidos para preenchimento do cargo, o ato de nomeação permanecerá válido e passível de convalidação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.
 - (D) essa dependerá de prévia inspeção médica oficial, somente podendo ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para exercício do cargo.
 - (E) aqueles que forem assumir cargos de direção, chefia, ou assessoramento, em comissão, farão no ato da posse, declaração pública de bens e juramento de fielmente cumprir a lei orgânica municipal.

27. A respeito do Poder Legislativo do Município de Caieiras, é correto afirmar que a Lei Orgânica Municipal prevê que
- (A) as sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, adotada em razão de motivo relevante.
 - (B) qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais.
 - (C) a convocação de Sessão Legislativa Extraordinária da Câmara só se dará no período de recesso e far-se-á, entre outras hipóteses, pela maioria dos membros da Câmara, em caso de urgência ou interesse público relevante.
 - (D) cabe às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, convocar o Prefeito, os Secretários Municipais, ou os Diretores para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.
 - (E) compete à Mesa da Câmara dos Vereadores deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamentos, com a sanção do Prefeito.
28. Servidor público da Câmara Municipal de Caieiras, em virtude do regular desempenho de atividade de secretariado Comissão Parlamentar de Inquérito, tem conhecimento de que a Secretaria da Fazenda, em parceria com o Ministério Público Estadual, irá realizar uma operação no combate a fraudes na arrecadação do ISS, o que poderá resultar na prisão de servidores e no ressarcimento de altos valores ao erário. Tal servidor confidencia essas informações a um amigo jornalista, editor de um jornal local e um blog, que publica as informações e revela quem seriam os possíveis investigados.

A responsabilização do servidor público, no que tange às previsões constantes do Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Caieiras,

- (A) poderá culminar com o afastamento imediato e a suspensão integral de seus vencimentos, até que haja conclusão de inquérito policial que vier a ser instaurado.
- (B) poderá ser realizada mediante o pagamento de indenização, que terá caráter de reparação do dano causado e eximirá o servidor público da pena disciplinar que for cabível.
- (C) deverá ser realizada pela Polícia Civil, para o crime cometido, pelo Ministério Público, em relação ao ato de improbidade, não cabendo nenhuma providência administrativa a respeito.
- (D) poderá acarretar a demissão do servidor público, pela revelação de segredo confiado em razão do cargo, sem prejuízo das sanções civis e criminais cabíveis.
- (E) será inviável, pois os fatos narrados constituem crime e ato de improbidade, não cabendo concomitante responsabilização no âmbito administrativo, sob pena de caracterizar *bis in idem*.

29. Sobre todos os processos que tramitarem pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino, pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Caieiras, é obrigatória a
- (A) audiência da Comissão de Justiça e Redação.
 - (B) submissão à análise do Plenário da Câmara.
 - (C) publicação de seu inteiro teor.
 - (D) atribuição de Vereador como relator.
 - (E) designação de comissão temporária de análise.
30. Prevê o Decreto-Lei nº 201/67 que, se o Prefeito Municipal de Caieiras deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária,
- (A) ficará inelegível pelo período de 2 (dois) anos, mediante decisão do juízo competente de primeira instância.
 - (B) praticará ato de improbidade sujeito à perda do cargo eletivo e ficará inelegível por 8 (oito) anos, mediante decisão judicial em ação promovida pelo Ministério Público.
 - (C) será julgado pelo Poder Judiciário, mediante autorização da Câmara Municipal.
 - (D) não sofrerá nenhuma sanção jurídica ou administrativa, podendo ser objeto, no entanto, de moção de repúdio dos Vereadores Municipais.
 - (E) terá praticado infração político-administrativa sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.

DIREITO CIVIL

31. De acordo com o artigo 1º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657 de 1942), “salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, a *vacatio legis* será
- (A) igualmente de 45 (quarenta e cinco) dias e começará a correr da publicação do novo texto, qualquer que seja a alteração.
 - (B) de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do texto original, se a alteração for substancial.
 - (C) igualmente de 45 (quarenta e cinco) dias e começará a correr da publicação do texto original, qualquer que seja a alteração.
 - (D) de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do novo texto, se a alteração for substancial.
 - (E) de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do novo texto, qualquer que seja a alteração.

- 32.** Assinale a alternativa correta sobre o instituto da condição, considerado como elemento accidental do negócio jurídico.
- (A) No negócio jurídico, celebrado com vigência de condição suspensiva, a realização desta implica na ineficácia do negócio.
 - (B) Aposta condição resolutiva a um negócio jurídico de execução continuada ou periódica, a sua realização, em regra, tem eficácia sobre os atos já praticados.
 - (C) A incerteza não é elemento essencial da condição, mas o evento deve ser necessariamente futuro.
 - (D) São ilícitas as condições puramente potestativas, seja a condição de natureza suspensiva ou resolutiva.
 - (E) A condição incompreensível ou contraditória não implica na invalidade do negócio jurídico.
- 33.** O envio de notificação extrajudicial do credor ao devedor, com o objetivo de cobrar dívida constante de instrumento particular de confissão de dívida,
- (A) é causa de suspensão da prescrição, estendendo-se até que haja resposta por parte do devedor.
 - (B) não é causa de suspensão ou interrupção da prescrição.
 - (C) interrompe o prazo prescricional, independentemente da forma de envio.
 - (D) é causa de suspensão da prescrição, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.
 - (E) interrompe o prazo prescricional, desde que a notificação tenha sido enviada por meio de cartório de títulos e documentos.
- 34.** Sobre a prescrição aquisitiva de bens públicos, é correto afirmar que
- (A) todos os bens públicos estão sujeitos à prescrição aquisitiva.
 - (B) apenas os bens de uso especial estão sujeitos à prescrição aquisitiva.
 - (C) nenhum bem público está sujeito à prescrição aquisitiva.
 - (D) apenas os bens dominicais estão sujeitos à prescrição aquisitiva.
 - (E) apenas os bens de uso especial e os dominicais estão sujeitos à prescrição aquisitiva.
- 35.** Assinale a alternativa correta sobre os defeitos do negócio jurídico.
- (A) Agindo o representante convencional com dolo, responderá o representado, solidariamente, por perdas e danos.
 - (B) O negócio jurídico celebrado com manifesta desproporção entre o valor da prestação e da contraprestação, por inexperiência de uma das partes, não enseja a possibilidade de anulação do negócio jurídico.
 - (C) No sistema brasileiro, é ineficaz o negócio jurídico praticado com a finalidade de fraudar credores, dispensando a necessidade de pleitear a anulação do negócio fraudulento.
 - (D) Nos casos de coação, erro, dolo e estado de perigo, o prazo decadencial para pleitear a anulação inicia-se da data em que foi celebrado o negócio jurídico.
 - (E) Não se configura a coação quando a ameaça de dano iminente é sobre os bens do coagido, e não sobre sua pessoa ou pessoas de sua família.
- 36.** Assinale a alternativa correta sobre a propriedade imóvel, seu uso e transmissão.
- (A) O direito à aquisição da propriedade imóvel, pela usucapião extraordinária, não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
 - (B) O proprietário causador de interferências prejudiciais ao sossego da vizinhança, com respaldo no interesse público, fica isento do pagamento de indenização aos vizinhos atingidos.
 - (C) A propriedade do solo abrange as jazidas, as minas e os demais recursos minerais nele existentes.
 - (D) De acordo com a sistemática adotada pelo direito brasileiro, em regra, transfere-se a propriedade imóvel no ato da assinatura da escritura pública de venda e compra.
 - (E) O abandono é uma das formas de perda da propriedade e, preenchidos os requisitos legais, poderá o imóvel ser arrecadado como bem vago.
- 37.** Sobre o instituto da evicção, assinale a alternativa correta.
- (A) A evicção parcial não garante ao adquirente direito à indenização ou à rescisão do contrato.
 - (B) O adquirente perde os direitos decorrentes da evicção, se a aquisição se deu em hasta pública.
 - (C) Admite-se a estipulação de cláusula contratual excluindo a responsabilidade pela evicção.
 - (D) Se houver dolo por parte do alienante, deverá restituir em dobro o valor recebido pela alienação.
 - (E) O adquirente pode demandar pela evicção, ainda que soubesse que a coisa era alheia ou litigiosa.

38. É correto afirmar que a venda a contento

- (A) é realizada sob condição resolutiva, atribuindo-se ao comprador a possibilidade de resolver o contrato, no prazo estabelecido, restituindo-se a coisa ao vendedor.
- (B) é nula se o instrumento contratual não apresentar prazo para que o comprador declare sua aceitação.
- (C) atribui ao comprador a condição de locatário, enquanto não declarar a aceitação da coisa.
- (D) exige que o comprador preste caução idônea ao vendedor, caso haja perecimento da coisa durante o prazo em que é avaliada.
- (E) atribui ao comprador a condição de comodatário, enquanto não declarar a aceitação da coisa.

39. Suprime-se o seguinte elemento, em casos de responsabilidade civil objetiva:

- (A) ação ou omissão voluntária.
- (B) nexos de causalidade.
- (C) dano.
- (D) culpa.
- (E) ato ilícito.

40. Assinale a alternativa correta sobre os princípios fundamentais, consagrados no âmbito do microsistema do direito do consumidor.

- (A) De acordo com a Política Nacional das Relações de Consumo, deve-se garantir a independência do mercado de consumo, evitando-se a presença do Estado.
- (B) As associações de defesa do consumidor fazem parte da Política Nacional de Relações de Consumo.
- (C) A melhoria dos serviços públicos não integra a Política Nacional de Relações de Consumo.
- (D) O desenvolvimento econômico e tecnológico deve ser obstado sempre que representar alguma forma de prejuízo aos consumidores, difusamente considerados.
- (E) Os conceitos de vulnerabilidade e hipossuficiência se confundem, constituindo um só princípio norteador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. Quanto ao procedimento do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) É admissível a desistência unilateral do mandado de segurança, pelo impetrante, sem anuência da autoridade impetrada, após o oferecimento das informações.
- (B) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que, dependendo da situação fática, seja amparado também por *habeas data*.
- (C) Não se admite a emenda à petição inicial para corrigir indicação da autoridade impetrada, mesmo que a retificação não implique alteração de competência.
- (D) Admite-se a sucessão processual de partes, em caso de falecimento do impetrante, na defesa do direito líquido e certo postulado ainda não julgado.
- (E) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, todas deverão ser parte ativa, por ser impossível a concessão parcial da segurança.

42. Foram propostas, concomitantemente, pelo Ministério Público Estadual e pela União, ações civis públicas; uma proposta na Justiça Estadual e outra na Federal, configurando continência. Sobre isso, assinale a alternativa correta.

- (A) Como, no caso de continência, as ações não têm o mesmo objeto, cada uma correrá na jurisdição onde foram distribuídas.
- (B) A continência não é fator para modificar a competência das ações, de modo que não haverá reunião.
- (C) Devem ser reunidas na Justiça Federal, pois a continência é causa de modificação de competência, prevalecendo a supremacia da União.
- (D) Para a reunião das ações, deverá haver anuência expressa das partes envolvidas, já que a reunião é uma faculdade em caso de continência.
- (E) As ações deverão ser reunidas pela competência, reunindo-se no Juízo que tiver ordenado primeiro a citação.

43. Quanto à ação popular, assinale a alternativa correta.

- (A) Não poderá o autor desistir da ação.
- (B) A ação obedecerá ao rito sumário.
- (C) O Ministério Público não poderá intervir no feito.
- (D) O prazo da contestação é de 15 dias, prorrogáveis por mais 15.
- (E) Se a sentença julgar pela carência da ação, ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição.

44. Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la, provocado por meio de embargos de declaração. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- (A) Os embargos de declaração consistentes em mero pedido de reconsideração não interrompem o prazo recursal.
- (B) O juiz não pode alterar a sentença a requerimento da parte, se encerrada sua função jurisdicional para correção de inexatidões materiais.
- (C) Em qualquer hipótese, os embargos de declaração provocam o contraditório, ouvindo-se a parte adversa.
- (D) O terceiro prejudicado não tem legitimidade para opor embargos de declaração, já que este se destina apenas à parte.
- (E) Os embargos de declaração não são cabíveis para corrigir decisão interlocutória, que deverá ser atacada por meio de agravo.

45. Faz(em) coisa julgada:

- (A) Os motivos que determinam o alcance da parte dispositiva da sentença.
- (B) A verdade dos fatos, estabelecida para o fundamento da sentença.
- (C) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- (D) A resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- (E) A sentença, em relação a terceiros, nas causas relativas ao estado de pessoa, por se tratar de relações jurídicas conexas e não ser possível participar da relação jurídica processual.

46. No procedimento sumário,

- (A) admite-se ação declaratória incidental.
- (B) é possível o recurso de terceiro prejudicado.
- (C) o autor indicará o rol de testemunhas no prazo assinalado pelo juiz.
- (D) as partes comparecerão pessoalmente à audiência, não podendo ser representadas, em razão da possibilidade de transação.
- (E) não se admite a impugnação ao valor da causa, uma vez que a contestação é apresentada em audiência.

47. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- (A) Após concedida, a tutela antecipada não poderá ser revogada ou modificada, exceto se a parte interessada recorrer da decisão.
- (B) Ainda que a antecipação de tutela seja deferida na sentença de mérito, a apelação será recebida no efeito devolutivo e suspensivo.
- (C) O autor da ação não responde pelos danos sofridos pela parte adversa decorrentes da antecipação de tutela que não for confirmada em sentença.
- (D) No caso de ação em face da Fazenda Pública, só haverá antecipação de tutela se ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.
- (E) É possível a antecipação da tutela em sede de recurso, desde que presentes os requisitos legais.

48. Os embargos de terceiro devem ser opostos no processo de execução, desde que o embargante tenha conhecimento da ação

- (A) a qualquer tempo, enquanto não transitada em julgado a sentença.
- (B) até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- (C) até dez dias depois da arrematação, pois este é o ato que implica na perda da posse do bem.
- (D) até dez dias da ciência de que o bem foi penhorado na execução.
- (E) a qualquer tempo, caso não tenha havido nenhum ato que implique na perda da posse.

DIREITO TRIBUTÁRIO

49. É causa que suspende a exigibilidade do crédito tributário a

- (A) concessão de liminar em mandado de segurança.
- (B) conversão do depósito em renda.
- (C) consignação em pagamento.
- (D) decisão administrativa irreformável.
- (E) decisão judicial passada em julgado.

50. O instituto de Direito Tributário que abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que o concede denomina-se

- (A) Remissão e extingue o crédito correspondente.
- (B) Remissão e suspende o crédito correspondente.
- (C) Remissão e exclui o crédito correspondente.
- (D) Anistia e exclui o crédito correspondente.
- (E) Anistia e suspende o crédito correspondente.

51. É imposto que não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. Trata-se do imposto cuja competência impositiva pertence
- (A) à União, exclusivamente.
 - (B) à União, privativamente.
 - (C) aos Estados.
 - (D) aos Municípios.
 - (E) aos Estados e ao Distrito Federal.
52. Assinale a alternativa correta no que respeita à Dívida Ativa Tributária.
- (A) Constitui Dívida Ativa tributária a proveniente de crédito público de qualquer natureza, depois de esgotado o prazo fixado por decisão proferida em processo regular.
 - (B) A fluência de juros de mora, relativamente à Dívida Ativa, exclui a liquidez do crédito.
 - (C) A omissão de quaisquer dos requisitos exigidos para o termo de inscrição da Dívida Ativa, ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada, mediante correção da certidão nula, até decisão de segunda instância.
 - (D) A dívida regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
 - (E) A presunção de certeza e liquidez da dívida regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
53. Nos termos do Código Tributário Nacional, o lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de cinco anos. Expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. Referido prazo conta-se
- (A) da constituição do crédito tributário.
 - (B) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetivado.
 - (C) da ocorrência do fato gerador.
 - (D) da notificação para pagamento.
 - (E) do mesmo dia do ano seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetivado.
54. Tratando-se de legislação tributária, é correto afirmar que os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas
- (A) são normas complementares.
 - (B) são fontes principais do Direito Tributário.
 - (C) têm força de lei.
 - (D) equiparam-se às leis para fins de instituição de tributos.
 - (E) podem estabelecer hipóteses de dispensa ou redução de penalidades.

DIREITO FINANCEIRO

55. Nos termos da Lei Geral do Orçamento, a amortização de empréstimos concedidos encontra-se esquematizada como receita
- (A) de capital.
 - (B) derivada.
 - (C) patrimonial.
 - (D) empresarial.
 - (E) diversa.
56. O produto de receitas especificadas que, por lei, vinculam-se à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação, constitui, segundo a Lei nº 4.320/64,
- (A) reserva especial.
 - (B) reserva extraordinária.
 - (C) reserva adicional.
 - (D) fundo especial.
 - (E) fundo de reserva.
57. Nas demonstrações do Balanço Patrimonial, segundo as determinações da Lei Geral do Orçamento, os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, estão compreendidos no
- (A) Ativo Financeiro.
 - (B) Ativo Permanente.
 - (C) Saldo Patrimonial.
 - (D) Saldo de Compensação.
 - (E) Passivo Permanente.

58. A entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, entende-se, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00, por transferência
- (A) onerosa.
 - (B) graciosa.
 - (C) voluntária.
 - (D) liberatória.
 - (E) subsidiária.
59. Determina a Lei Complementar nº 101/00 que o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso ao público. Nesse sentido, é correto afirmar que os municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até trinta de
- (A) dezembro.
 - (B) janeiro.
 - (C) março.
 - (D) abril.
 - (E) maio.

DIREITO PENAL

60. De acordo com a teoria da aplicação da lei penal, pode-se afirmar:
- (A) A lei penal, em razão das suas consequências, não retroage.
 - (B) A analogia, uma das fontes do direito, é vetada, no direito penal, em razão do princípio da legalidade.
 - (C) Considera-se o crime praticado no momento do resultado, e não da ação ou omissão (artigo 4º, CP).
 - (D) Considera-se o crime praticado no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (E) No Brasil, os efeitos da lei penal não podem ultrapassar seus limites territoriais para regular fatos ocorridos além da sua soberania.

61. Antônio foi abordado por Policiais Militares na via pública e, quando informado que seria conduzido para a Delegacia de Polícia, pois era “procurado” pela Justiça, passou a desferir socos e pontapés contra um dos policiais. Sobre a conduta de Antônio, pode-se afirmar que
- (A) praticou o crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal.
 - (B) praticou o crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.
 - (C) praticou o crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal.
 - (D) não praticou nenhum crime, pois todo cidadão tem direito à sua autodefesa.
 - (E) praticou o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pois pretendeu, com sua reação, corromper o funcionário público a não cumprir ato de ofício.
62. Sobre o delito de corrupção ativa, pode-se afirmar que
- (A) é crime próprio.
 - (B) tem como objeto jurídico a honestidade do funcionário público.
 - (C) é crime formal.
 - (D) é crime de concurso necessário.
 - (E) admite forma culposa.
63. João, responsável pela emissão de certidões em determinada repartição pública, a fim de ajudar seu amigo José, que concorre a um cargo público, emite certidão falsa, atestando que ele desenvolveu determinados projetos profissionais para a Administração Pública. Sobre a conduta de João, pode-se afirmar que cometeu o crime de
- (A) falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal, ao inserir declaração falsa em documento público.
 - (B) falsificação de documento particular, previsto no artigo 298 do Código Penal, pois o documento se destinava para uso particular e para fins particulares.
 - (C) certidão materialmente falsa, previsto no parágrafo 1º, do artigo 301 do Código Penal.
 - (D) falsificação de documento público, previsto no artigo 297 do Código Penal: “falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro”.
 - (E) certidão ideologicamente falsa, previsto no artigo 301 do Código Penal.

64. José solicita e recebe dinheiro de um empresário que participará de uma licitação pública a pretexto de ajudá-lo a vencer o certame, sob o argumento de que tem muitos amigos no comando da Administração Pública. Sobre a conduta de José, está correto afirmar que
- (A) praticou o crime de usurpação da função pública (art. 328, Código Penal).
 - (B) praticou o crime de corrupção ativa (art. 333, Código Penal).
 - (C) praticou o crime de impedimento, perturbação ou fraude concorrência (art. 335, Código Penal).
 - (D) praticou o crime de tráfico de influência (art. 332, Código Penal).
 - (E) não praticou nenhum crime (fato atípico), pois quem decide o resultado de licitação é o agente público e não o particular.
65. Quanto aos crimes contra a Incolumidade Pública (Título VIII, CP), pode-se afirmar que
- (A) são crimes comuns quanto aos sujeitos ativo e passivo.
 - (B) o crime de incêndio somente admite a forma dolosa e a preterdolosa.
 - (C) o crime de desabamento previsto no artigo 256, CP, consuma-se com a produção do resultado (morte ou lesão corporal a um número indeterminado de pessoas).
 - (D) o crime de explosão, pela sua natureza e formas de execução, não admite forma culposa.
 - (E) o crime de desabamento ou desmoronamento somente admite a forma culposa.

DIREITO ELEITORAL

66. Em relação aos juízes de direito que compõem os Tribunais Regionais Eleitorais, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que são
- (A) escolhidos pelo Tribunal de Justiça.
 - (B) escolhidos pelo Tribunal Superior Eleitoral dentre lista tríplice elaborada pelo Tribunal de Justiça.
 - (C) nomeados pelo Presidente da República entre os indicados pelo Tribunal de Justiça.
 - (D) escolhidos pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral.
 - (E) nomeados pelo Tribunal Superior Eleitoral dentre os juízes Eleitorais indicados pelo Tribunal Regional Eleitoral.

67. O Tribunal Superior Eleitoral, ao disciplinar o processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária, estabeleceu que
- (A) o partido político, o Ministério Público ou quem tenha interesse jurídico pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, dentro do prazo de 30 (trinta dias), a contar da filiação perante outra agremiação.
 - (B) o partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da desfiliação.
 - (C) o partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da filiação perante outra agremiação.
 - (D) o Ministério Público ou o partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, dentro do prazo de 30 (trinta dias) da desfiliação.
 - (E) o partido político interessado pode representar o Ministério Público Eleitoral a ocorrência de desfiliação partidária sem justa causa, que, dentro do prazo de 30 (trinta dias), a contar da ciência da desfiliação, poderá ingressar com ação de perda de cargo eletivo.
68. É correto afirmar que se configura como conduta vedada aos agentes públicos, nos três meses antes da eleição, até a posse dos eleitos,
- (A) a nomeação ou a exoneração de cargos em comissão ou designação, ou a dispensa de funções de confiança.
 - (B) a nomeação para os cargos dos órgãos da Presidência da República.
 - (C) a nomeação para os cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou do Conselho de Contas.
 - (D) nomear, admitir, transferir ou exonerar servidor público.
 - (E) a realização de concursos públicos.

69. A ação de impugnação de mandato eletivo, prevista na Constituição Federal, pode ser proposta

- (A) pelo Ministério Público, por partido político, coligação ou candidato nas hipóteses de abuso do poder econômico, corrupção e fraude eleitoral.
- (B) pelo Ministério Público, por partido político, coligação, candidato ou pré-candidato nas hipóteses de abuso do poder, captação ilícita de sufrágio ou ocorrência de alguma das condutas vedadas aos agentes públicos e uso da máquina administrativa.
- (C) exclusivamente pelo cidadão no gozo dos direitos políticos, nas hipóteses de falta de condição de elegibilidade, incidência de inelegibilidades ou descumprimento de formalidade legal no registro de candidatura.
- (D) exclusivamente pelo candidato eleito e diplomado nas hipóteses de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato.
- (E) exclusivamente pelo candidato eleito na hipótese de erro de direito ou de fato na determinação do quociente eleitoral e classificação de candidato.

70. No que se refere ao controle de arrecadação, é correto afirmar que o partido político que receber indiretamente auxílio estimável em dinheiro, por meio de publicidade de entidade de classe, ficará sujeito

- (A) à multa de até cinco vezes o valor estimado.
- (B) à suspensão da participação no Fundo Partidário por um ano.
- (C) a nenhuma sanção, considerando o permissivo legal de doação estimável em dinheiro.
- (D) à suspensão da participação no Fundo Partidário por dois anos.
- (E) a nenhuma sanção, considerando o permissivo legal de doação referente à verba de publicidade.

71. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os interesses difusos dizem respeito a grupo, categoria ou classe de pessoas determinadas ou determináveis, ligadas pela mesma relação jurídica básica, enquanto os coletivos supõem titulares indetermináveis, ligados por circunstância de fato.
- (B) Os interesses coletivos e os interesses individuais homogêneos reúnem grupo, categoria ou classe de pessoas indetermináveis, sendo que só os interesses individuais homogêneos são divisíveis, supondo uma origem comum.
- (C) Os interesses individuais homogêneos, via de regra, são aqueles de grupo, categoria ou classe de pessoas determinadas ou determináveis, que compartilhem prejuízos divisíveis, de origem comum, normalmente oriundos das mesmas circunstâncias de fato.
- (D) São interesses ou direitos coletivos os transindividuais de natureza divisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária em razão de uma origem comum.
- (E) Nos interesses difusos, o liame ou nexó que agrega o grupo está essencialmente concentrado numa relação jurídica compartilhada de forma divisível por um grupo indeterminável de pessoas.

72. O Estatuto da Cidade traz alguns instrumentos da política urbana, dentre eles o planejamento municipal, no qual se inclui, em especial:

- (A) Plano de desenvolvimento econômico e assistencial.
- (B) Limitação sócio-administrativa.
- (C) Tombamento de móveis ou de mobiliário urbano.
- (D) Instituição de zonas especiais de unidades de conservação.
- (E) Gestão orçamentária participativa.

- 73.** No tocante às infrações administrativas ambientais, nos termos da Lei nº 9.605/1998, assinale a assertiva correta.
- (A) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.
 - (B) O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar o prazo máximo de trinta dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o autor de infração, contados da data da ciência da autuação.
 - (C) O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar o prazo máximo de vinte dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.
 - (D) No processo administrativo para apuração de infração ambiental, o infrator tem o prazo máximo de quinze dias para recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio ambiente – SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação.
 - (E) Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação junto ao Ministério Público do Meio ambiente, que é a autoridade competente para lavrar auto de infração ambiental no exercício de seu poder de polícia.
- 74.** Se uma empresa que possua licenciamento ambiental, no exercício de sua atividade, vier a causar danos ambientais, pode-se afirmar que
- (A) a existência de licenciamento ambiental a exime do dever de reparar os danos causados na esfera civil.
 - (B) a indenização civil e o dever de reparar o dano somente existem se houver dolo do empreendedor.
 - (C) a existência de licença ambiental retira o caráter de ilicitude administrativa do ato.
 - (D) independentemente da existência de licenciamento ambiental, se causar dano ambiental, existe responsabilidade civil, administrativa e penal da empresa.
 - (E) a empresa somente não responderá na esfera penal porque, por tratar-se de pessoa jurídica, não pode figurar no polo passivo de ação penal, ainda que cause danos ambientais.
- 75.** Quanto ao parcelamento do Solo Urbano, é correta a seguinte afirmação:
- (A) Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
 - (B) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias, logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
 - (C) Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, ainda que tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
 - (D) Não será permitido o parcelamento de solo para fins urbanos em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, ainda que previamente saneados.
 - (E) Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.
- 76.** De acordo com as disposições existentes no Código Florestal, no que se refere ao Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente, assinale a alternativa correta.
- (A) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente não tem a obrigatoriedade de ser mantida se o proprietário, possuidor ou ocupante for pessoa jurídica de direito público.
 - (B) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas não pode ser autorizada em nenhuma hipótese.
 - (C) É necessária a autorização do órgão ambiental, ainda que se trate de execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
 - (D) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
 - (E) Tendo ocorrido a supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ainda que a supressão tenha sido autorizada pela lei.

77. Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa correta.
- (A) A Lei instituidora do Estatuto da Igualdade Racial destina-se a garantir à população em geral a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.
 - (B) Considera-se desigualdade de gênero e raça a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
 - (C) Considera-se discriminação racial ou étnico-racial toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
 - (D) Considera-se desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais.
 - (E) Considera-se população negra o conjunto de pessoas classificadas como pardas ou pretas, no critério utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo inadmitida a autodeclaração.
78. Nos termos da Lei nº 7.853, de 1989, cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, conferindo tratamento prioritário e adequado, através de várias medidas, dentre elas, na área da educação,
- (A) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e a reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.
 - (B) a oferta, facultativa e preferencialmente gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
 - (C) a matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
 - (D) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 6 (seis) meses, educando portadores de deficiência.
 - (E) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento privado de ensino.
79. Nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entende-se por
- (A) área órfã contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.
 - (B) destinação final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais diversos.
 - (C) gerenciamento de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.
 - (D) logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
 - (E) rejeitos: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama, Do SNVS e do Suasa.
80. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, que trata da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, assinale a alternativa correta.
- (A) A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo poderão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (B) O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público poderão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (C) É definido como barreiras qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas.
 - (D) Define-se pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida somente a que permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo.
 - (E) Define-se mobiliário urbano qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

